

O ESPÍRITO DO DINHEIRO¹

THE SPIRIT OF MONEY

EL ESPÍRITU DEL DINERO

TEXTOS DE ANDREA ZHOK

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a seguir a tradução de dois textos (um excerto de um livro e uma recente entrevista) originalmente publicados em italiano por Andrea Zhok, docente de Filosofia Moral na Università Statale de Milão. Ambos têm como tema geral a tentativa – ainda pouco comum na filosofia e nas ciências humanas - de compreender o que é o dinheiro, o que é a economia, e de quais as conseqüências dessa primazia do dinheiro e da economia nas relações entre os seres humanos. E por fim se procura verificar se há alguma possibilidade de sairmos de uma forma de vida marcada pela primazia do dinheiro e do mercado financeiro.

Andrea Zhok escreveu dois livros para discutir especificamente estes assuntos: *Il concetto di valore: dall'etica all'economia*. Milano: Mimesis, 2002; *Lo spirito del denaro e la liquidazione del mondo. Antropologia filosofica delle transazioni*, Milano: Jaca Book, 2006.

Se a breve entrevista, publicada em 2011 pela revista *Communitas*, é traduzida na sua íntegra, do livro de 2006 traduzimos apenas as conclusões, que apresentam as teses gerais de toda obra. A permissão para publicar tais traduções

¹ A tradução para língua portuguesa do texto e entrevista é de Selvino José Assmann, doutor em Filosofia pela Pontifícia Università Lateranense, PUL, Itália, professor titular em Filosofia do Departamento de Filosofia, professor do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Doutorado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (UFSC). E-mail: selvinoassmann@gmail.com



foi obtida em primeiro lugar junto ao autor, e também junto à redação da revista *Communitas*, com sede em Milão, e à editora Jaca Book, da mesma cidade italiana. Agradecemos muito ao autor e às redações mencionadas.

Selvino J. Assmann

O ESPÍRITO DO DINHEIRO E A LIQUIDAÇÃO DO MUNDO: Antropologia filosófica das transações

ZHOK, Andrea. **Lo spirito del denaro e la liquidazione del mondo**. Antropologia filosofica delle transazioni. Milano: Jaca Book, 2006. p. 360-370. Tradução portuguesa de Selvino J. Assmann

CONCLUSÕES

O quadro que emerge das análises precedentes testemunha a existência de tendências estruturais implícitas no sistema das trocas concorrenciais e, por conseguinte, na prática monetária que o encarna. Funcionando num plano tão fundamental como o das transações interpessoais, a prática monetária age sistematicamente de maneira que “liquefaz” tudo aquilo que se apresenta como fundador, sagrado, imperativo, não negociável. O valor acaba sendo traduzido em dinheiro, ou seja, em objetivações que pretendem ser válidas numa dimensão que faz abstração das dimensões supraindividuais da intersubjetividade e da intertemporalidade. O dinheiro quer conferir poder a cada indivíduo, para além de todo enraizamento histórico e para além de qualquer consenso pessoal. O dinheiro, conforme verificamos, não é algo que existe acidentalmente. A sua criação responde a exigências profundas, e são precisamente tais exigências as que dirigem as transações intersubjetivas na direção da criação de entidades capazes de acumular “valor” no tempo e no espaço, capazes de manipulá-lo, decompô-lo, quantificá-lo, superando as exigências e as vicissitudes da realidade. O impulso para que emerjam práticas monetárias é tão profunda quanto o impulso humano para criar

meios e instrumentos em geral². É por isso que toda abolição revolucionária do dinheiro está destinada ao insucesso: o dinheiro não é um simples “erro”, ou, se for isso, é erro enquanto toda a história humana é um “errar”, um percorrer estradas sem a garantia que provenham de algum lugar. O dinheiro é um produto altamente racional, mas, ao mesmo tempo, como acontece sempre com os hábitos, os costumes, as práticas humanas, a sua racionalidade não implica o seu pleno controle por parte de quem o cria e dele faz uso; toda prática histórica herda práticas precedentes, e se encarrega de enfrentar exigências não resolvidas colocadas por aquelas, mas ao mesmo tempo produz efeitos preterintencionais de que outras práticas devem se encarregar.

Providencialismos fideístas à parte, não há garantia alguma de que, num sistema sucessivo, possa ser encontrada efetivamente uma saída para os problemas gerados por um sistema precedente. Contudo, a cegueira frente a esta incerteza é precisamente a característica mais perigosa e esconjurável da evolução moderna da prática monetária, e do liberalismo como sua ideologia: ela afirma, como uma providência atea, que pode enfrentar com a máxima eficácia humanamente possível todo problema, e com isso também os problemas que ela mesma vai gerar. Supondo que pode traduzir, pelo menos de maneira aproximativa, o valor em preço, o liberalismo põe a prática monetária à altura do fundamento (subjetivamente percebido): o sistema dos preços oferece uma representação sistêmica àquilo que é colocado como a autoridade última em fato de valor, o juízo individual abstrato. Por isso, o único problema sistêmico que pareceria continuar existindo é a adequada cobertura do espectro dos *desiderata* sociais em termos de preço, e o único espaço consentido a outras modalidades de escolha social é aquele provisória ou contingentemente inacessível para o sistema dos preços. Contudo, esta visão da posição da prática monetária, vista como um sistema de avaliação

² Concordamos com a tese geral de McLuhan, para quem o efeito estrutural da introdução de todo *medium* é a aceleração e a desintegração (“*acceleration and disruptions*”) das formas sociais (M. McLuhan, *Understanding Media: the Extensions of Man*, New York: Signer Book, p 95). As teses de McLuhan não foram discutidas pois consideramos que, para além desta intuição conjunta, o trabalho dele contém demasiadas generalizações fáceis e isentas de argumentação para que um confronto com isso possa ser esclarecedor. McLuhan, além de não tratar de outras características dos *media*, que permitiria distinguir uns dos outros nos efeitos gerais sobre as formas sociais, produz uma série de asserções cujos motivos escapam, e cujos suportes argumentativos faltam. Acaba sendo incompreensível a quem escreve como ele possa afirmar, entre outras coisas, que “o conteúdo de todo médium é sempre outro médium” (p. 23), ou que a alfabetização cria pessoas mais simples e um mundo mais homogêneo do que as sociedades orais (p 59), ou então que a queda do Império Romano se deveu à interrupção do fornecimento de papiro por parte do Oriente Próximo (p. 100) e assim por diante.

assintoticamente tendente a cobrir o universo dos *desiderata* sociais, é gravemente desviante.

Tal impossibilidade de cobertura tem duas raízes. Em primeiro lugar, o fato de que há “coisas” (aliás, “as coisas” mais importantes) que não podem em princípio ser objeto de computação monetária: toda a dimensão *supraindividual* (temporalidade histórica e pessoal, identidade comunitária, organicidade ambiental) está constitutivamente fora das “coisas” a que pode ser atribuído um preço, pois não tem a ver com entidades que podem ser avaliadas em partes e deliberadas individualmente. A dimensão *supraindividual* à qual cada sujeito faz referência como fundamento axiológico e como raiz das próprias escolhas nunca pode ser coberta pelo sistema de atribuições de preço³.

Em segundo lugar, porém, esta insuficiência torna-se grávida de conseqüências funestas na medida em que o próprio sistema das transações monetárias produz desagregação no plano daquela mesma dimensão fundamentadora, no plano da identidade pessoal e coletiva, e da natureza. A “liquidez” é o “espírito” do dinheiro; é a exigência de resolver todos os elementos não transacionáveis em objetos de transação; por isso, a “liquidez”, como característica dominante do dinheiro, se converte em “liquefação” das estruturas portadoras da escolha subjetiva. A composição de tais tendências produz uma espiral degenerativa cujo natural *terminus ad quem* é aquilo que procuramos nomear no título do livro como a “liquidação do mundo”, a sua dissolução na forma de uma virtualização e relativismo, de precariedade e dessocialização, de incompreensão e conflitualidade, de desenraizamento, mal-estar, alienação⁴. A espiral alimenta-se graças ao fato de que todas as formas degenerativas que examinamos produzem *insegurança*; vai-se desde a insegurança frente à criminalidade, até a insegurança ligada à precarização das condições de trabalho, desde a incerteza identitária, até aquela que faz que

³ Oferecemos uma extensa descrição da relação entre dimensão *supraindividual* e valor intrínseco em: Andrea ZHOK. *Il concetto di valore: dall'etica all'economia*. Milano: Mimesis, 2001.

⁴ Quando o Autor (ZHOK) descreve, no último capítulo do livro, a “liquidação dos fundamentos da escolha racional”, causada pela prática monetária, ele apresenta e analisa, sucessivamente, a “liquidação das identidades pessoais” (p. 313-326), a “liquidação de comunidades e instituições” (p. 327-346), e a “liquidação do ecossistema” (p. 347-359). Esta é a (hipo)tese central do livro: de que o capitalismo atual liquida as identidades pessoais, através da flexibilidade, da virtualização, da individualização, do relativismo e da incapacitação que se dá com a especialização; a de que o capitalismo liquida com a dimensão comunitária da vida humana, por meio da instauração da conflitualidade entre os seres humanos, da criminalidade que cresce inevitavelmente, da corrupção que se instaura à medida que se questiona a vida pública, e da globalização; e por fim, a de que o capitalismo liquida o ecossistema, enquanto a natureza é vista como simples fonte de recursos e como receptáculo. (NOTA DO TRADUTOR).

prevaleçam perspectivas apenas de curto prazo ou tragam imprevisibilidade frente a novas emergências ambientais, e assim por diante.

Frente à insegurança, o sistema das trocas concorrenciais só tem uma resposta, a saber, aumentar a demanda do indivíduo por dinheiro. Sendo assim, seguindo a lógica dos bens defensivos, para cada novo risco se pode pagar um novo seguro, para toda ameaça à incolumidade se pode recrutar um guarda, para toda incerteza futura se pode poupar algum dinheiro⁵, para toda insegurança psicológica e existencial se pode contratar um especialista, e assim por diante. Tudo isso implica um ulterior reforço do poder da prática monetária, que tende a aumentar em profundidade, em extensão, em capilaridade, ampliando com isso também os próprios efeitos preterintencionais. Para cada exemplo, na dimensão liberal das escolhas em que é convidado a atuar, a única defesa responsável frente às inseguranças crescentes consiste em lutar com maior afinco do que antes a fim de garantir para si uma margem econômica, uma barreira monetária como escudo individual contra o imponderável. Contudo, a composição de todos esses atos competitivos gera problemas sistêmicos ulteriores, uma insegurança a mais, uma desorientação a mais, em uma espiral impossível de conter.

Nesta altura, poderíamos perguntar se a dimensão política, que, por mais que esteja escassamente legitimada e vigiada de perto, continua existindo também no mundo liberal, poderá trazer remédio contra esta espiral. Ora, devemos observar que, num sistema de relações interpessoais marcado pelas trocas concorrenciais, a dimensão política só poderá enfrentar o crescimento da insegurança com um único reflexo previsível, a saber, com uma reivindicação de simplificação e de coação. O percurso alternativo, o de levar os cidadãos das democracias a um nível cultural e de discernimento capaz de estarem à altura de uma complexidade crescente fica excluído das próprias dinâmicas do sistema concorrencial: parcelização dos conhecimentos operativos devida à divisão do trabalho, virtualização, pressão sobre

⁵ Este fenômeno é conhecido e discutido pelas suas repercussões no plano restritamente econômico. Como foi denunciado por Keynes, o aumento da insegurança provoca o entesouramento do dinheiro, que assim é subtraído ao emprego para a produção, e provocando potencialmente uma crise econômica: a redução de produção aumenta a insegurança que aumenta o entesouramento que reduz, por sua vez, a produção. Contudo, o entesouramento não implica, por si só, um aumento do poder do dinheiro, mas apenas um uso ineficiente dele, e a certa altura (antes ou depois, o que obviamente não é irrelevante) o processo se deve inverter. A resposta keynesiana, com o apelo a medidas públicas anticíclicas voltadas para a atenuação dos efeitos sociais e da duração da crise, não enfrenta as dinâmicas de longo prazo geradas pela insegurança existencial, criminal, ambiental, etc.

os tempos de trabalho e custo do tempo livre, prevalência da educação técnica e instrumental. Porém, a reivindicação de simplificação e coação não tem nem a força e nem a legitimação teórica para ser imposta de maneira significativa no plano econômico, e por isso deve ser deslocada para o plano social. Frente a uma progressiva redução de segurança e seguranças da política se acaba pedindo, além de, perenemente, um “melhor funcionamento do mercado” (que se supõe que premiará monetariamente os nossos esforços individuais), uma suspensão de todas as mudanças sociais não especificamente exigidas pela economia. Todas as mudanças e todas as complexidades isentas de uma clara função econômica aparecem como fontes inúteis ou prejudiciais de confusão e de incerteza. Quer se trate de liberdades pessoais ou de procedimentos democráticos, quer de direitos, de tolerância, de formas emancipatórias, o espírito destes tempos de incerteza busca no conservadorismo social a resposta para a destruição global gerada pelas práticas de mercado. Ao não reconhecerem o nexos entre práticas monetárias e desagregação de fundamentos e referências, e ao não compreenderem que o liberalismo político é e sempre foi quem é contratado por dinheiro para dirigir a carruagem da economia, os cidadãos das democracias liberais atribuem a desordem social a uma degeneração moral, e o mal-estar psicológico a um laxismo dos costumes, e assim por diante. Nesse sentido, contrariamente ao que o liberalismo acredita a respeito de si mesmo, o correspondente político natural de um mercado cada vez mais forte não é a democracia, nem a tolerância, nem são os direitos individuais. Tanto a história europeia do final do século XIX, quanto, mais recentemente, o extraordinário e prolongado consenso para as políticas de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, mostram que a mais bem sucedida união político-econômica dos períodos de florescimento do mercado combina liberismo⁶ econômico e conservadorismo social. O cidadão agredido nas suas seguranças, e

⁶ Vale a pena observar que na Itália é bem comum a distinção entre liberismo e liberalismo.. Recorremos ao próprio livro de Zhok para esclarecer os dois conceitos: “O termo *liberalismo* faz em italiano referência a uma inspiração teórica que coloca no centro os direitos do indivíduo e a sua liberdade de escolha e autodeterminação; ele é, portanto, um termo que nomeia essencialmente as relações sociais [...]. O termo *liberismo* menciona por sua vez a específica contraparte econômica do liberalismo, que assume a livre iniciativa nos empreendimentos e a liberdade de comércio como eixos de funcionamento de toda organização econômica. Os dois termos têm, portanto, um significado afim, mesmo sendo claramente distinto, a ponto de ser verdade que, no plano político, de forma alguma é raro encontrar uma das posições na ausência de outra; são comuns posições não-liberais no plano dos direitos individuais que acompanham posições devotas do livre mercado, assim como há posições que reivindicam liberdade e direitos individuais numa moldura fortemente limitadora das operações de livre mercado” (ZHOK, *ibid.*, p. 17) (NOTA DO TRADUTOR).

extenuado pela competição para poder defender as mesmas com o escudo do dinheiro, percebe que não tem tempo nem energias a perder para se ocupar de fracos, de minorias, de direitos, de procedimentos, de espécies naturais, de gerações futuras, etc. Conforme foi observado (embora num contexto bem diverso), na passagem da república para o império romano, e assim como se poderia mostrar na história europeia dos decênios que precedem a primeira guerra mundial⁷, a tendência natural desse processo aponta para a limitação e, no final das contas, para a abolição de procedimentos políticos que exigem discussão e consenso (como acontece com a democracia), ao invés de apontar para a sua ampliação⁸. É útil lembrar, nesta altura, que, ao invés de ser um ordenamento *toto coelo* antitético ao sistema de mercado, a organização estatal se baseia, em última instância também ela, sobre o funcionamento de um meio abstrato, a saber, a escritura, que consente a coordenação, em prazos longos e distâncias amplas, de elevados números de pessoas. Neste sentido, algumas características próprias da moeda, como a tendência à impessoalidade e à abstração, passam a agir conjuntamente na dimensão monetária e na dimensão jurídico-político-administrativa. À abstração cruel de Mamona corresponde a abstração cruel do Leviatã. Mesmo assim, as diferenças entre o código monetário e a escritura da linguagem não são secundárias: a escritura traz informação muito mais complexa, consentindo a reflexão sobre a prática que ela é, e, por isso, permitindo ao ordenamento que sobre ela se baseia que, plausivelmente, se autocorrija. Contudo, por mais que a admirável teorização liberal se esforce por mostrar exatamente o oposto, o ordenamento informado pela prática monetária não é capaz, de forma alguma, de se autocorrigir.

Além disso, como já dissemos, a teorização liberal não se apresenta como simples teoria política, mas como a voz das verdades econômicas; de fato, a ciência econômica, desde sempre, e especialmente após a revolução marginalista, é, nos

⁷ É pretensão de quem escreve dedicar em breve uma análise filosófico-histórica à evolução da sociedade e da política europeia entre 1870 e 1945; pensamos que tal período merece atenção e tem inquietantes analogias com o período que estamos vivendo a partir dos primeiros anos do decênio de 1970.

⁸ Deve-se notar, além disso, que, na presença de uma dimensão econômica internacional dominante, o processo de simplificação e coação política só pode tender a separar de outros cidadãos, em medida cada vez maior, os cidadãos sobre os quais pode legalmente exercer poder, e, conseqüentemente, aumentar as tensões para o exterior, que se subtrai a este esforço simplificador. A este propósito, poderia ser muito instrutiva uma análise do crescimento do nacionalismo a partir do final do século XIX.

seus fundamentos, a *ideologia da prática monetária*⁹, a generalização teórica do funcionamento histórico das transações monetarizadas. Assim como Kant partiu do funcionamento da ciência newtoniana para construir o sistema da razão pura, como condição de possibilidade daquele funcionamento, assim também Adam Smith (na verdade o cumprimento da obra só foi alcançado um século depois) partiu do funcionamento da economia monetária a fim de construir o sistema da racionalidade econômica, como sistema de princípios que governam aquele funcionamento. Mas, entre as várias diferenças, há uma que entre as duas teorias é fundamental, uma diferença que coloca a operação realizada com o nascimento da ciência econômica moderna, sobretudo na sua versão neoclássica, num plano totalmente diferente no que diz respeito à sua incisividade (e periculosidade): diferentemente da razão pura, a racionalidade econômica neoclássica não tem apenas um valor descritivo, mas traz consigo um valor normativo e uma capacidade de se encarnar operativamente. Isso depende em parte da estrutura da própria ciência econômica, e em parte da sua específica investidura política. Por um lado, é verdade que exercitar-se nas formas de pensamento próprias da economia neoclássica, com as suas fundamentações microeconômicas, ensina a fazer abstração, nas transações humanas, de tudo aquilo que não se adapta ao modelo do *homo oeconomicus*¹⁰. Em todas as ciências naturais, são necessários processos de abstração e de simplificação, e a economia quis modelar-se de acordo com as ciências naturais, ao invés de inspirar-se nas ciências humanas, mesmo tratando de seres humanos na sua complexidade, e não de atritos ou de reflexos da família dos patelídeos. Em segundo lugar, porém, importa ter em conta também que a conquista de importância política por parte de personagens que se formaram baseados em princípios e

⁹ Cf. HEILBRONER, R. **Behind the Veil of Economics**. New-York-London: Norton & C., 1988: "Enquanto tal, a economia é claramente a concretização (*instantiation*) da ilusão de que o próprio processo econômico goza de autonomia. Esta ilusão é sustentada, obviamente, porque o processo de gestão das operações de mercado alcança rapidamente um nível de complexidade que exige um estudo especializado" (p. 32).

¹⁰ "Uma das descobertas mais bem documentadas numa extensa série de experimentos sobre a teoria dos jogos diz que a maioria das pessoas, surpreendentemente, contribuiria com uma parcela de um prêmio de loteria para o bem público, mesmo que a teoria econômica prediga que todo indivíduo racional deverá desfrutar da situação (*free ride*), torcendo para que outra pessoa se irá preocupar com o bem-estar geral. A principal exceção acontece quando o experimento é realizado entre estudantes de economia, que foram evidentemente condicionados pela própria formação a apreciar o comportamento egoísta. Num famoso experimento, só vinte por cento dos estudantes de economia escolheu dar uma contribuição para o bem-estar geral, com respeito à maioria dos outros estudantes" (MARWELL, Gerald; AMES, Ruth. *Economists Free Ride, Does Anyone Else?*. **Journal of Public Economics**, v.15, p. 296-310, 1981 apud KUTTNER, R. *Everything for Sale*. New York: Alfred Knopf Inc., 1996. p. 62).

modelos da economia neoclássica foi fruto de deslocamentos políticos historicamente determinantes. A evolução sofrida pelo Fundo Monetário Internacional no decurso dos decênios, desde a sua constituição como corretivo anticíclico global até sua atual posição como propugnador da onisciência do mercado, é um indicador interessante destes deslocamentos¹¹.

Mesmo não podendo retomar adequadamente estes desenvolvimentos, devemos observar que o período entre o fim da segunda guerra mundial e hoje aparece divisível em duas partes. A primeira, aproximadamente de 1945 até 1968-1972, em que a união entre elevado crescimento econômico (possibilitado, entre outros fatores, pela grande destruição de recursos ocorrida durante a guerra) e a “ameaça soviética”, como modelo alternativo para muitos europeus (e por isso, como “recrutamento contratual” antiliberal), permitiu um afrouxamento de algumas tendências de reforçamento da prática monetária. Foi, especialmente, a profundidade monetária que acabou sendo reduzida, de duas maneiras: o estado do bem-estar social ofereceu serviços subtraindo-os à dimensão do mercado, e pôs em prática formas de taxaço redistributiva que limitavam as cisões sociais entre as classes. Paradoxalmente, este período de cerca de vinte e cinco anos permitiu, e ainda permite, aos ideólogos do liberalismo sustentarem (em atitude antimarxista) que o sistema liberal-democrático era capaz de se autocorrigir e de melhorar a sorte de todos, também dos trabalhadores, também dos que perdem nas trocas concorrenciais. Na ausência de uma visão conjunta e de longo prazo a respeito dos efeitos da prática monetária, esta versão dos acontecimentos históricos gozou e ainda goza de notável popularidade. No entanto, tal idéia extraía seu sentido do fato de ser uma resposta específica às críticas de derivaço marxiana, segundo as quais o sistema era essencialmente irreformável e o seu destino histórico consistia em produzir fatalmente um depauperamento das massas trabalhadoras, e, com isso, as condições para uma transformação revolucionária do estado de coisas existente. Enquanto resposta eminentemente política em chave antimarxiana, faltava àquela interpretação dos desenvolvimentos imediatamente sucessivos à segunda guerra mundial aquilo que faltava ao seu alvo polêmico, a saber, a um claro nexo com outras dinâmicas degenerativas que, naqueles anos, emergiam ou se consolidavam, como, por exemplo, a perda das raízes identitárias, a dessocialização

¹¹ STIGLITZ, F. J. E. **La globalizzazione e i suoi oppositori**. Torino: Einaudi, 2002. p. 11.

das relações, a conflitualidade social, o crescente relativismo ético, a corrosão ambiental, etc. Tais tendências atravessaram também os “anos dourados” do crescimento econômico e da consolidação do estado do bem-estar social. A partir dos primeiros anos da década de 1970, o ritmo do crescimento econômico mundial começou a diminuir e o estado do bem-estar social começou a ser submetido a críticas crescentes e a um progressivo redimensionamento¹². A partir desse momento, com uma aceleração nos anos oitenta, as tendências econômicas típicas do sistema das trocas concorrenciais, com aumento do poder da prática monetária, foram sendo retomadas. Assim, um olhar retrospectivo de longo prazo parece dizer-nos que, ao contrário da leitura dominante, o (relativo e circunscrito) enfraquecimento do poder do dinheiro que ocorreu entre a segunda guerra mundial e os anos setenta teve a natureza de um episódio, ao invés de se mostrar como uma tendência geral.

Na esteira dos mecanismos apenas descritos, e na medida em que for possível proferi-lo, só pode ser infausto um prognóstico sobre a sorte do ocidente contemporâneo e de quem está envolvido no seu modelo. Por mais que seja difícil prever quais serão as linhas de ruptura mais prováveis, parece que, na ausência de mudanças radicais, inimagináveis neste momento, uma irreparável ruptura esteja destinada a ocorrer. Isso poderia acontecer em diversas frentes. Um horizonte de fragilidade está vinculado à pressão dos habitantes dos países perdedores nas trocas concorrenciais internacionais.; outra radicalização da divisão social entre estados e áreas do mundo não poderá deixar de repercutir em níveis insustentáveis de migração, com conseqüentes problemas de segurança interna, intolerância, etc.; por outro lado, o mesmo tipo de problema alimenta também as reações de ressentimento étnico e uma conflitualidade entre culturas e civilizações, cujo rosto se pode entrever no terrorismo que agora passamos a conhecer¹³. A intensa

¹² Merece ser observado que também nos Estados Unidos, por mais que nunca tenha existido aí um *welfare State*, as condições de taxaço para os indivíduos e as empresas eram semelhantes às do *welfare*, a partir dos anos do New Deal até os anos setenta. Entre os países industrializados deveria ser feito um discurso à parte para o Japão, em que o capitalismo nunca foi propriamente liberal.

¹³ Por mais que os terroristas não estejam entre os indivíduos mais pobres, conforme se assinala com excessiva insistência, o nexa entre “troca desigual” e terrorismo continua sendo fundamental. Assim como sempre aconteceu na história, não são as pessoas às portas da morte que têm a capacidade de organizar revoltas, revoluções, atentados, mas aqueles que (com razão ou sem, sincera ou instrumentalmente) se investem dos problemas dos primeiros. Não há dúvida de que a agenda política de Bin Laden é muito diferente daquele de Lenin. Contudo, também Bin Laden extrai força e autoridade da identificação com a causa de um grupo que se percebe como oprimido, e que, para se movimentar, tem necessidade de algum elemento unificador a mais além do mal-estar comum.

importância que adquiriu hoje o terrorismo como ameaça do século XXI só pode ter sentido se compreendermos duas coisas. A primeira é que, na presença de capacidades tecnológicas cada vez mais elevadas para causar o mal, as expressões viscerais de frustração histórica se tornam cada vez mais letais e exigem, para serem eficazes, cada vez menos a organização de grandes grupos: o terrorismo atual pode reger-se pelas iniciativas de indivíduos, e indivíduos desorganizados; assim, a fronteira entre a atividade criminal comum, o desafogo vandálico, e o ato terrorista se torna sutil. O terrorismo pode adquirir, como nunca no passado, uma dimensão individualista: o mal-estar psicológico de um indivíduo hoje é capaz de transformar-se em agressão letal vestida de intenções ideológicas. A segunda coisa que se deve ter presente é que, para o terrorismo hodierno, a matriz ideológica é antes de mais nada uma justificação contingente, e pouco importa contestar teoricamente seu significado. O terrorismo atual “islâmico” é, antes de mais nada, a expressão de uma frustração histórica dirigida contra os “vencedores” na troca concorrencial global e só secundariamente tem uma agenda positiva ligada à civilização islâmica. Por mais incômodo que seja dizer isso, as raízes do terrorismo de matriz “islâmica” e as da imigração são, em boa parcela, as mesmas (o que não significa, obviamente, que o imigrante seja um terrorista). Numa época de difusão informativa e midiática sem precedentes, é cada vez menos suportável para vastos grupos da população mundial aceitarem, sem perspectivas de sair dela, uma existência de terceira categoria, perenemente à mercê de “irmãos maiores” ricos e talvez propensos ao moralismo. O problema da pobreza, no sentido das necessidades primárias, não é necessariamente aquele dominante; pelo menos tão importante quanto ela é a pobreza como impotência, a autopercepção de uma condição de minoridade histórica aparentemente sem saídas. É plausível afirmar que, enquanto a percepção desta condição de minoridade como fato individual estimula a emigração, a sua percepção como fato estrutural e étnico estimula o ódio para com os países ricos e, eventualmente, o terrorismo.

Outra linha de ruptura poderia abrir-se na forma tradicional da polarização econômica e da conflitualidade no interior dos próprios países industrializados, e isso, especialmente, na medida em que a pressão sobre o custo do trabalho, devido à concorrência externa, chega aos limites críticos¹⁴. Esta criticidade, se não parece

¹⁴ A este propósito, o discurso deveria ser aprofundado, o que não pode ser feito aqui. A direção de desenvolvimento que agora é sugerida, com a diminuição do peso do trabalho industrial e incremento

poder atualmente levar a sucessos revolucionários, certamente pode levar a desordens capazes de favorecer soluções autoritárias (e não necessariamente segundo os modelos ditatoriais tradicionais).

Outra frente possível e – na opinião de quem escreve – a mais insidiosa, é representada pela dimensão da crise ambiental. Neste caso, a vigilância é inferior na comparação com os acontecimentos sociais, pois a natureza não ergue protestos de contestação; igualmente inferior é a capacidade prognosticadora a respeito dos próximos desenvolvimentos e a capacidade de intervenção sobre os danos produzidos, o que torna muito plausível que o primeiro sério protesto do sistema ambiental possa também ser o último que encontrará ouvidos capazes de escutá-lo. Obviamente tais considerações não têm um significado científico, mas servem apenas para pintar, com traços grosseiros, possíveis direções de desenvolvimento compatíveis com as tendências que descrevemos. É característico de todos esses desenvolvimentos, por razões adotadas precedentemente, que os mesmos se reforcem reciprocamente: tanto a conflitualidade externa, terrorista ou não, quanto a existência de fluxos de imigração fora de controle, no quadro do sistema das trocas concorrenciais, são soluções que implicam o reforço da prática monetária. Ao mesmo tempo, todos estes desenvolvimentos, ao aumentarem a insegurança, tendem a tornar pesados os custos de transação, reduzindo a eficiência do funcionamento do mercado. Em última instância, se nenhuma outra ruptura se manifestar antes, o horizonte terminal do sistema das trocas concorrenciais poderia vir do interior, como desaceleração do crescimento até alcançar uma parada prolongada, na ausência de modelos e soluções alternativas. Entre todas as perspectivas esta é, talvez, aquela que, por assim dizer, metafisicamente é a mais interessante: tendo alcançado um determinado nível de complexidade, assim como uma empresa que cresceu demais, o sistema das trocas concorrenciais degeneraria desagregando-se, e chegando a níveis de troca mais lentos e localizados. E isso, só para recomeçar o mesmo e inane processo de crescimento. Posto de lado o providencialismo laico ligado à idéia do sistema omnicompreensivamente

do setor de pesquisa, da organização, das finanças e dos serviços, apresenta numerosos problemas, em especial vinculados ao simples número dos empregáveis nestas formas econômicas. Se for verdade que o setor dos serviços pode, em princípio, crescer *ad infinitum*, também é verdade que a crescente irrelevância social destes papéis sinaliza para uma enorme debilidade contratual por parte deste grupo cada vez mais numeroso: uma sociedade de managers e lustradores de sapatos a domicílio não parece prometer nada de bom, e com maior razão quando os lustradores de sapatos têm direito a voto.

autocorretivo, nada garante que o sistema das trocas monetárias não seja um beco sem saída da história, um caminho ao mesmo tempo inevitável e sem saída, caminho que só se pode percorrer até um confronto destrutivo, que remete, mais uma vez, ao início do caminho.

Por mais que os fatores críticos examinados neste livro sejam em boa parte e com freqüência objeto de tentativas específicas de correção, as tendências de desenvolvimento não parecem deixar espaço para o otimismo. Nenhuma solução que se coloque num plano local e setorial, que não esteja à altura de uma rediscussão global da soberania do sistema das trocas concorrenciais enquanto tal, pode proporcionar alguma efetiva saída. Uma solução autêntica deveria ter como característica básica a recondução do sistema das trocas concorrenciais para os seus elementos naturais, para a subordinação a uma dimensão de relações fundadas pelas dinâmicas do dom; a troca concorrencial não é destrutiva se mantiver a dimensão de um “jogo”, de um sistema circunscrito, utilizável condicionadamente, interrompível quando se pedir. Só como um jogo o sistema das trocas monetárias poderia conservar, pelo menos em parte, a sua funcionalidade. Sob essa ótica, algumas soluções keynesianas, desde a taxação progressiva, até os organismos de coordenação financeiro internacional (mas com uma agenda rigorosamente antiliberista), e passando pelo sistema público dos serviços, etc., por mais que sejam insuficientes, por não escaparem da ótica da necessidade do crescimento, são instrumentos úteis. A própria lógica da oferta de bens públicos segue a lógica do dom, muito mais do que a do mercado; quando uma municipalidade constrói teatros ou parques ou pistas para bicicleta ou asilos isso rompe com a lógica do mercado e pode gerar um senso de pertença comunitário, um senso cívico, uma responsabilidade coletiva e intergeracional. Contudo, todas estas formas de intervenção acabam sendo remendos momentâneos, isentos de eficácia real, enquanto a lógica do mercado não for tirada do pedestal e não for tornada secundária.

A vastidão e a variedade das interações entre os indivíduos, e por isso também das transações, podem ser algo positivo, fator de maturação e enriquecimento cultural na medida em que os códigos em que tais transações acontecem consentirem a elaboração reflexiva dos estímulos e o reconhecimento interpessoal. Mas este código não é o dinheiro. Como Marx observava desde as famosas páginas sobre o dinheiro nos chamados *Manuscritos econômico-*

filosóficos, o dinheiro distorce e falsifica sistematicamente toda relação interpessoal. O fato de a liberdade nas transações interpessoais implicar, de algum modo, a gênese espontânea de práticas monetárias constitui um dos argumentos mais consistentes contra a possibilidade de podermos abolir com sucesso, e a longo prazo, o dinheiro como instituição; se o preço a pagar por esta abolição deve ser o controle e a supressão sistemática de transações livres entre indivíduos, é muito difícil que alguma sociedade histórica possa ser capaz de fazer com que os próprios membros paguem este preço a longo prazo. Contudo, o espaço das transações monetárias, mesmo que seja um fruto natural da história humana, é um fruto que, deixado à sua maturação espontânea, se torna venenoso. Se a história humana quiser manter um horizonte futuro aberto deverá tornar-se capaz de circunscrever o campo de ação do dinheiro e de suprimir a lógica da troca concorrencial, mantendo-a unicamente nos limites de um jogo, abandonável quando se quiser abandonar. Tendo em consideração que quase todo o espaço da discussão política nas democracias atuais oscila entre duas formas de liberalismo, a saber, entre neoliberalismo e políticas *liberal* (aceitação de algum papel para o estado do bem-estar social), tem-se como consequência que o direcionamento, que emerge destas páginas como o único sensatamente percorrível, é totalmente estranho ao debate político contemporâneo. Para que este direcionamento possa ser perseguido com radicalidade adequada à altura dos problemas que se vão apresentando, para que um horizonte de possibilidade, por mais tênue que seja, continue aberto, é indispensável um revolucionamento de práticas coletivas e atitudes subjetivas de que até hoje não se tem sinais visíveis.

ANTROPOLOGIA DAS TRANSAÇÕES

Diálogo com ANDREA ZHOK

ZHOK, Andrea. Antropologia delle transazioni. Entrevistado por Jacopo Guerriero. **Communitas**, Milano, p. 92-99, out. 2011. (Krisis. Passaggio d'epoca e nuovi paradigmi).

J. Guerriero - *Por detrás de termos de uso corrente e comum, mas amplamente “inflacionados”, como “liberismo”, “capitalismo”, “mercado”, “crise” aparece uma realidade historicamente determinada. Realidade ao mesmo tempo simples na sua lógica, e desconcertante nas implicações e nas conseqüências que comporta. É a realidade (ou irrealidade, se o preferirmos) do dinheiro. Para enfrentar a questão-dinheiro – afirma Andrea Zhok, autor de uma poderosa investigação sobre o tema (cf. Lo spirito del denaro e la liquidazione del mondo) - devemos recorrer a instrumentos e campos de pesquisa aparentemente diferentes entre si: desde a antropologia cultural até a história econômica e social. Não só é necessário, mas já se tornou inevitável – defende Zhok – aprofundar o nascimento, a evolução e a dinâmica do “espírito do dinheiro”, ou seja, das lógicas da prática monetária que sem possibilidades de autocorreção, acabam por determinar o agir individual, mas sobretudo estruturam a nossa sociedade.*

Podemos, perfazer, em breves passos, as etapas do desenvolvimento do que o senhor denominou “o espírito do dinheiro”?

Andrea Zhok – São dois os conjuntos argumentativos. Em primeiro lugar, se trata de ver se e de que modo a troca é uma dimensão essencial na natureza humana. A troca, no sentido de uma transação que busca obter uma vantagem objetiva individual, mostra-se como um produto tardio e secundário. Ela pressupõe, em termos históricos, antropológicos e ontogenéticos, uma dimensão transativa diversa, que não busca uma vantagem objetiva individual, mas sim um reconhecimento intersubjetivo. A esta segunda dimensão transativa atribuo a expressão, usada na antropologia, “economia de dom”. Como procuro mostrar, as transações de dom são e continuam sendo a base sem a qual as trocas não podem subsistir. Ao falarmos de “dom” de forma alguma queremos entender algo particularmente sublime ou altruísta; o dom é, por exemplo, a dimensão típica em que se inscrevem as transações na sociedade homérica, onde certamente não faltam nem ambição, nem violência; trata-se de uma forma de transação que pressupõe, tece e conserva relações de reconhecimento pessoal. A dimensão do dom é aquela na qual deve haver um excesso não computável presente em cada transação. Não é nada de misterioso ou “irracional”, mas algo em que nos movimentamos naturalmente, algo que, literalmente, até mesmo uma criança entende. Precisamos de um bom esforço deseducativo para fazer passar a idéia de que o modelo exemplar das transações entre os seres humanos seja algo semelhante à relação com um distribuidor automático de cigarros: pura relação

entre dar e receber, sem troca, sem implicações, guiada apenas pela comparação interna entre duas “funções de utilidade”.

O segundo conjunto é constituído por uma análise histórica que, por meio de quatro grandes exemplificações, procura mostrar a emergência do mecanismo de troca e do seu impacto. Protagonista desta passagem é o dinheiro, ou melhor, dado que o dinheiro não é uma “coisa” mas um modo de operar, é a “prática monetária”. Poderíamos trazer exemplos históricos para expor melhor algumas passagens fundamentais na história do dinheiro: o seu nascimento (Mesopotâmia), o nascimento da sua dimensão supranacional (Atenas), a primeira grande prova histórica da sua capacidade de dissolução da cultura do dom (a Roma tardo-republicana e tardo-imperial) e, por fim, a sua transformação em “capital” (Revolução industrial na Inglaterra). Em cada um desses momentos assistimos a algumas constantes na prática monetária, como, por exemplo, a capacidade de conferir poder e corroer as raízes, mas vemos também, algumas vezes, um renascimento da prática monetária em formas diferenciadas. A escolha destas exemplificações históricas enquadra-se na tentativa de situar o significado histórico do capitalismo no interior de um percurso de longo prazo, para que apareça toda a sua potência e inércia.

J. Guerriero – O senhor define como “fruto a longo prazo venenoso” a falta de limites para as transações financeiras. Ficando no campo econômico, quais as razões de sua afirmação?

Andrea Zhok – Realmente, falo das transações monetárias (não financeiras em sentido restrito) como de um fruto natural e ao mesmo tempo venenoso. Trata-se de um fruto natural enquanto não é produto nem de um erro, nem de uma conspiração: o dinheiro nasce da interação de exigências operativas e tendências axiológicas que são inevitáveis no ser humano. Neste sentido, é uma ilusão (ilusão muitas vezes percorrida na história) pensar que poderemos abolir o dinheiro: ele volta a emergir sempre das suas cinzas, logo depois que acaba a explícita vontade de o abolir. Contudo, é um fruto que, abandonado à sua maturação espontânea, se torna venenoso, na medida em que é movido por uma lógica (a lógica da troca concorrencial) que tende a estender-se indefinidamente, e que quanto mais se estende tanto mais adquire poder para se estender ulteriormente.

J Guerriero – Venhamos ao presente: e lhe peço naturalmente que diga quais são as orientações, determinadas pelas mediações monetárias sem confins, mais perniciosas para o contexto social e privado dos seres humanos no Ocidente contemporâneo.

Andrea Zhok – A prática monetária coloca no centro da sua racionalidade a escolha racional dos indivíduos e, ao mesmo tempo, destrói sistematicamente os pilares que permitem que uma escolha sensata possa ser efetuada. A monetarização torna

comparável qualquer coisa com qualquer outra coisa, consentindo a qualquer coisa de se transformar em qualquer outra coisa, permitindo a qualquer valor ou pessoa de se traduzir em “átomos de utilidade” e, por este caminho, vir a ser convertida e outro valor ou outra pessoa. Obviamente esta comparabilidade universal traz consigo a admirável virtude de consentir (idealmente) que se exerçam confrontos racionais e realizem escolhas também racionais entre todas as coisas; infelizmente, de passagem, liquefar-se-ão todas as estruturas, os ordenamentos, as substancialidades, as identidades pessoais e sociais, em suma, todos os pontos mais firmes que tornam as escolhas sensatas ou não.

J Guerriero – A secularização e o relativismo não podem ser reconhecidos também como extraordinário invólucro ideológico para as tensões macroeconômicas que o senhor critica?

Andrea Zhok – O relativismo não é um “erro moral”, mas sobretudo uma prática de vida (ou de sobrevivência) num contexto histórico marcado pela prática monetária. O impacto sobre o relativismo do racionalismo científico seria insignificante se não se conjugasse, mediante a tecnologia, com a dimensão do mercado. Há um sentido em que o relativismo (junto com outros fatores de “liquidação”) não é apenas efeito do poder do dinheiro, mas o nutre por sua vez, e é isso enquanto é fator que aumenta a insegurança (em todos os sentidos do termo). O crescimento do poder do dinheiro dissolve identidades, comunidades, ambientes; tal dissolução gera insegurança e, num sistema de troca concorrencial, enfrenta a insegurança procurando aumentar o travesseiro entre ele mesmo e aquilo que gera insegurança. Cada um procura colocar-se numa posição bastante elevada, para que nenhum “tsunami” o atinja, se e quando ele ocorrer. Qualquer que seja a forma que tal onda assume, a do terrorismo ou da imigração, da criminalidade ou das depressões financeiras, da gripe aviária ou do aquecimento global, em todos os casos o sistema de troca concorrencial induzirá a todos a tentarem adquirir os próprios bens defensivos sob medida, monetarizando a insegurança e acrescentando maior importância ainda ao poder do dinheiro.

J. Guerriero – A certa altura do seu trabalho, o senhor fala de uma providência atea, que vai cada vez mais abrindo caminho. A que se refere?

Andrea Zhok – Refiro-me simplesmente à presunção, muito freqüente no debate econômico, segundo a qual o mecanismo da demanda e da oferta garantirá sempre ao melhor de encontrar soluções para os problemas emergentes. Creio que tal providencialismo prometeico esconde na verdade uma considerável dose de “falsa consciência”; quem se expressa nestes termos nada mais expressa, com um pouco da pretensa sabedoria acadêmica, a cômoda e cega fé num mecanismo que consente a cada um de nós que continue ocupando-se da própria horta. Qualquer mal traduzir-se-á em demanda de mercado e para toda demanda suficientemente

intensa aparecerá alguém com a oferta adequada. Em suma, é o melhor dos mundos possíveis.

J Guerriero – *O seu livro Lo spirito del denaro e la liquidazione del mondo (O espírito do dinheiro e a liquidação do mundo) termina com um pessimismo radical. O “revolucionamento de práticas coletivas e atitudes subjetivas” que deveria antecipar a delimitação do espaço das transações monetárias, está muito longe de nós. Faça-lhe duas perguntas: a alternativa a que se refere tem a ver, expressamente, com a idéia de decrescimento, com os modelos propostos por Serge Latouche? E, outra pergunta: o que se pode questionar em quem recrimina aos “objetores do crescimento” por não terem presente o desejo de desenvolvimento dos países mais pobres do mundo, e a sua vontade de expansão econômica?*

Andrea Zhok – O livro tem a ambição de produzir um novo diagnóstico, mas ainda não um prognóstico nem uma terapia. O crescimento econômico representa por si mesmo um grande problema, mas urge que compreendamos melhor em que consiste tal problema. O poder do dinheiro funciona de tal maneira que se autoalimenta, mas isso não é destrutivo porque o mundo é materialmente finito, enquanto o processo é infinito: o crescimento econômico não é necessariamente crescimento de produto material, mas sim crescimento de áreas da realidade que entram no espaço monetarizado. Se passarmos de uma comunidade em que cada um arruma a própria casa para uma comunidade em que cada um arruma com pagamento a cada de outrem, isso é computado como crescimento econômico, mesmo que absolutamente nada de novo tenha surgido. Limitar o crescimento econômico é uma necessidade, mas isso não coincide com uma limitação do desenvolvimento, nem sequer aquele restritamente material. O tempo está maduro para que tentemos propor um modelo de transação alternativo, mas ele deve ser pensado radicalmente e nos detalhes. O problema frente ao qual nos deparamos hoje não é o de um ataque traiçoeiro do mal, mas o da placidez um pouco lamurienta, mas substancialmente covarde com que nos estamos dirigindo de olhos abertos para um abismo. Para dizê-lo com o grande T.S. Eliot: *“This is the way the world ends, not with a bang but a whimper...”*